

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 862.101 PARANÁ

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : MUNICIPIO DE LONDRINA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
RECDO.(A/S) : COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR
ADV.(A/S) : LUIZ PAULO RIBEIRO DA COSTA E OUTRO(A/S)

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO – IMUNIDADE RECÍPROCA – SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO – PRECEDENTES – DESPROVIMENTO.

1. O Município de Londrina insurge-se contra acórdão no qual o Tribunal de Justiça do Paraná proclamou o direito à imunidade tributária recíproca de sociedade de economia mista prestadora de serviço público de abastecimento de água e remoção de esgotos sanitários, presente a cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana – IPTU, relativamente ao imóvel que ocupa.

O Tribunal, no julgamento do Recurso Extraordinário com Agravo nº 638.315/BA, da relatoria do ministro Cezar Peluso, reafirmou o entendimento jurisprudencial e concluiu pela possibilidade de extensão da imunidade tributária recíproca, nos termos do artigo 150, inciso VI, alínea “a”, da Constituição da República, à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, na qualidade de empresa pública prestadora de serviço público.

ARE 862101 / PR

O precedente é observável quanto às sociedades de economia mista incumbidas de realização de serviços públicos, considerada a definição do alcance do artigo 173, § 2º, da Carta de 1988.

2. Diante da sedimentação do entendimento, ressalvada a óptica pessoal, conheço do agravo e o desprovejo.

3. Publiquem.

Brasília, 30 de janeiro de 2015.

Ministro MARCO AURÉLIO

Relator